

Política

O poder público direciona mal os seus recursos financeiros na definição das suas competências. O que a gente observa é muita gente trabalhando na atividade-meio e muito pouco na atividade-fim

HEITOR ANTÔNIO
ARQUITETO CONSELHEIRO FEDERAL



Chuvas fortes são tragédias anunciadas

Entendimento é do conselheiro federal de Arquitetura, Heitor Antônio Maia, ao falar sobre catástrofes nas cidades

CARLOS VICTOR COSTA
REPÓRTER

A cada período chuvoso voltam às manchetes as mortes e desastres associados a deslizamentos de encostas e enchentes. Tragédias insistentemente anunciadas, mas anualmente recorrentes dado ao descompromisso com que a administração pública em seus três níveis tem lidado com a questão. Sobre o assunto, a reportagem da Tribuna Independente, entrevistou o conselheiro federal de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), Heitor Antônio Maia das Dores. Além de afirmar que falta vontade dos políticos em realizar planejamentos e ações para as cidades, o arquiteto também ressaltou possíveis soluções para que essas tragédias sejam evitadas.

Tribuna Independente - Desde 2015 que o Conselho de Arquitetura vem tentando desenvolver um trabalho junto com as prefeituras e não consegue. Por que essa dificuldade? Há um desinteresse por parte dos gestores?

Heitor Antônio - Na verdade a gente concretizou uma ação específica nesse ano. Lançamos um edital fazendo um chamamento para os arquitetos ligados à assistência técnica voltada para habitação do interesse social. Tivemos que reformular o edital. A ideia era já iniciarmos um trabalho em fevereiro, mas tivemos que mudar em função de questões formais. E vamos relançar provavelmente na próxima semana. É uma iniciativa que visa colocar em prática uma lei que existe desde 1988. É uma pequena ação, mas através dela que seja uma ação que vá disseminar outras iniciativas ou até mesmo despertar a sensibilidade do Poder Público para ele se engajar no processo e nos apoiar.

Tribuna Independente - Fala-se de uma falta de áreas de risco por parte do poder público. Isso realmente existe?

Heitor Antônio - Na verdade nós temos uma série de legislações a nível municipal, estadual e federal que garantiria ação dos governos para atuar exatamente nessas áreas de risco. O problema é que não tem como eles atuarem. Não tem interesse, me parece, e essas ocupações em áreas de risco acontecem no Brasil todo, haja visto que só precisa aumentar um pouco de pluviosidade, os índices de chuvas que aí acontece esses registros de catástrofes, alagamentos, desabamentos de barreiras que é exatamente um dos pontos mais críticos. Acredito que a questão teria que preceder a fiscalização. Teria que haver ações concretas de prevenção



Heitor Antônio diz ainda que indicações políticas culminam com prejuízos à população dos municípios

“ A população também precisa colaborar com a fiscalização. São terras dentro da malha urbana, mas são áreas que pela legislação, com toda dificuldade técnica que existe em ocupá-las, são áreas que a lei proíbe

de ocupação dessas áreas ou de intervenção para que esses locais recebam investimentos. A população também precisa colaborar com a fiscalização. São terras dentro da malha urbana, mas são áreas que pela legislação, com toda dificuldade técnica que existe em ocupá-las, são áreas que a lei proíbe.

Tribuna Independente - O que levou a essa catástrofe em alguns municípios de Alagoas? Podemos dizer que essa tragédia era anunciada?

Heitor Antônio - Com certeza era anunciada. Não é a primeira vez e não será a última. Esse assunto só vem para a sociedade quando existem as catástrofes, quando o problema acontece. Aconteceu, está acontecendo e vai acontecer público não atua nessas áreas. São áreas ocupadas de forma inadequada. Porque inadequada? Porque são áreas que não são propícias a serem ocupadas para edificações, mas em função da sua proximidade com a malha urbana, essas áreas foram ocupadas. As pessoas que ocuparam essas áreas são de baixa renda. Elas não têm renda suficiente para ocupar uma área que obedeça a legislação, que não tenha esse tipo de problema. Isso é um problema, o outro é que além da baixa renda se associa o alto custo dessas áreas urbanas. Recentemente, o que nós temos conhecimento do programa federal Minha Casa Minha Vida ele vem exatamente na tentativa de resolver o déficit habitacional e resolver os problemas dessa população que ocupam essas

“ A chuva vem só escancarar o problema. Nós sempre tivemos notícias de desabrigados por conta dessas situações. E se não tiver mudanças vamos continuar tendo mais desastres. Mas precisamos das proteções nas margens dos cursos d'água, principalmente o nosso que é fluvial

áreas de risco e que a partir do momento que se produz novas habitações elas tenderiam a migrar para essas novas áreas.

Tribuna Independente - Quais as formas de se fazer o monitoramento para tentar evitar tragédias?

Heitor Antônio - Teria que ter investimento. Monitorar a situação que existe não vai resolver nada. Deve ter levantamento de áreas de risco. Os municípios devem ter isso aí, mas só acompanhar é acompanhar a tragédia anunciada, teria que haver uma mudança de postura, para resolver os problemas. Se tem experiência no Brasil e no mundo de urbanização de favelas, de urbanização dessas resolvendo seus problemas de instabilidade. Então tem que ter investimento em segurança, esgotamento sanitário, coleta de lixo, abastecimento de água, acessibilidade, então teria que ter as escadarias. O que falta é investimento nessas áreas. Tem financiamento internacional, o que falta ao meu ver são projetos específicos, muito trabalho, pois isso não é fácil de fazer. O imediatismo sempre marca as gestões políticas e isso não seria de imediato.

Tribuna Independente - Outro fato que pode ser causador desses problemas é a questão de gestores indicarem para pastas de urbanismo pessoas que não são qualificadas, apenas por questões eleitoreiras?

Heitor Antônio - Isso é mais um problema. O poder pú-

“ As pessoas que ocuparam essas áreas são de baixa renda. Elas não têm renda suficiente para ocupar uma área que obedeça a legislação, que não tenha esse tipo de problema

blico direciona mal os seus recursos financeiros na definição das suas competências. O que a gente observa é muita gente trabalhando na atividade-meio e muito pouco na atividade-fim que daria consequência a realização prática de ações ligadas a essa parcela da população. Além disso, tem esse outro problema de pessoas que não tem a devida formação, atuar em posições que necessitariam de um conhecimento técnico, um complemento mais específico para trabalhar nessa área e não tem. Na verdade essas pessoas são cabos eleitorais e que usam a máquina em benefício e na distribuição de cargos de confiança. E agora todos nós sofremos com falta de investimentos.

Tribuna Independente - Com toda essa situação, como responsável pelos desastres?

Heitor Antônio - A chuva vem só escancarar o problema. Nós sempre tivemos notícias de desabrigados por conta dessas situações. E se não tiver mudanças vamos continuar tendo mais desastres. Mas precisamos das proteções nas margens dos cursos d'água, principalmente o nosso que é fluvial. E só reparar na população de Marechal Deodoro e Pilar que estão sofrendo justamente por viverem próximos de lagoas. Se falar em se fazer aterros na margem da lagoa, isso vai gerar uma polêmica muito grande. Mas, teoricamente seria um benefício triplo, promovia o desassoreamento da lagoa, que é um problema que todos citam, ampliaria as áreas e protegeria a população dessas enchentes.